



## **ANALISANDO O ESPAÇO URBANO ATRAVÉS DO SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES: UM EXERCÍCIO DE PROJETO URBANO NA CIDADE DE NATAL- RN**

### **Autores:**

Débora Youchoubel P. De A. Luna - Granduanda de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – deborayouchoubel@yahoo.com.br

Emmanuelle Séfora Cabral Silva - Granduanda de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – seforasilva@yahoo.com

Francis Lindayane Barbosa da Silva Granduanda de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – flindayane@gmail.com

Joyce Cristiny De Oliveira Silva - Granduanda de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – j.christiny@hotmail.com

Prof. Dr. Verônica Maria Fernandes de Lima – Doutora em desenvolvimento urbano, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, verolima04@gmail.com

### **RESUMO**

Este trabalho trata-se de um exercício de projeto urbano partindo de um diagnóstico dos espaços livres de uma subárea da cidade de Natal composta por parte dos bairros de Candelária, Lagoa Nova e N. Sra. de Nazaré. Foi realizado um diagnóstico da área através de pesquisa de campo na qual foram catalogados e analisados os espaços livres existentes. A análise foi feita através da metodologia desenvolvida por Raquel Tardin no seu livro intitulado “Espaços livres: Sistema e projeto territorial”. Foram analisados 96 espaços livres com relação tanto as suas características biofísicas e perceptuais, quanto às questões de acessibilidade e as normas de planejamento aos quais estão submetidos. Após levantamento e análise os espaços foram classificados quanto à possibilidades de ocupação: se deveriam permanecer como espaços livres de uso público ou se poderiam ser ocupados por edificações. Tendo como base esses estudos foi desenvolvida uma proposta de intervenção urbana voltada para os espaços de maior potencial urbanístico – essa proposta tem como objetivo principal requalificar os espaços livres selecionados tornando-os ambientes convidativos aos usuários e possibilitando uma maior urbanidade para a cidade de Natal - RN



**Palavras-chave:** Sistema de espaços livres; projeto urbano; urbanidade; requalificação urbana.

## **ANALYZING URBAN SPACE THROUGH THE SYSTEM OF SPACES: AN EXERCISE OF URBAN DESIGN IN NATAL - RN**

**Keywords:** System of open spaces; urban design; urbanity; urban renewal.

### **ABSTRACT**

This work it's an exercise of urban design starting with a diagnostic of open spaces from one subarea in the city of Natal, composed by portions of neighborhoods of Candelária, Lagoa Nova and N. Sra. De Nazaré. A diagnostic of the area was performed through field research, which the existing open spaces were cataloged and analyzed. The analysis was performed using the methodology developed by Raquel Tadin in her book entitled "Espaços livres: Sistema e projeto territorial". 96 open spaces were analyzed concerning their biophysical characteristics and the planning standards to which they are submitted. After collection and analysis, the spaces were classified according to the possibilities of occupation: if they should remain as open spaces of public use or if they could be occupied by buildings. Based on these studies a proposal of urban intervention, targeted to the spaces with bigger urban potential, was developed – this proposal has as main objective requalify the selected open spaces, making them inviting environments for users and enabling higher urbanity to Natal/RN.



## INTRODUÇÃO

Richard Sennett (1998) afirma que o declínio da vida pública ocorreu na sociedade ocidental moderna, devido a três fatores principais: ao advento do capitalismo, ao surgimento de uma nova forma de secularização e ao modo como as formas urbanas coexistiram com esses dois fenômenos da modernidade. Assim, com o alto nível de especialização e fragmentação da nossa sociedade a esfera pública vem perdendo de forma considerável a sua expressividade.

A visão intimista é impulsionada na proporção em que o domínio público é abandonado, por está esvaziado. No mais físico dos níveis, o ambiente incita a pensar no domínio público como desprovido de sentido. É o que acontece com a organização do espaço urbano (SENNETT, 1998, p.26). Ainda na primeira parte do seu livro, “O Declínio do Homem Público”, Sennett fala acerca da “morte” do espaço público e se refere ao tratamento dado ao espaço público em alguns projetos da Escola Internacional, construídos após a Segunda Guerra Mundial. O autor argumenta que naquele momento o espaço público se tornou uma derivação do movimento, propiciada pela vulgarização do uso do automóvel e passou a ser local de circulação e/ou isolamento social.

O autor ressalta também o perigo da “celebração do gueto”. A segregação espacial urbana e os pseudos espaços públicos que configuram espaços urbanos atuais – shopping centers, condomínios fechados, pátios internos de grandes corporações etc, refletem a atomização das cidades contemporâneas.

A atomização da cidade colocou um fim prático num componente essencial do espaço público: a superposição de funções dentro de um mesmo território, o que cria complexidades de experiência naquele determinado espaço (SENNETT, 1998, p. 362).

Destruir a multiplicidade de funções é destruir as possibilidades de espaços públicos preche de vida e de significados. Enfim, as pessoas precisam de áreas para socialização nas quais se sintam de protegidas, abrigadas, com barreiras e limitações de espaços confortáveis.

Para Lopes, os espaços públicos se constituem em “lugares de vida e de sociabilização, e que, uma vez abertos a todos, representam áreas de liberdade e de democracia” (LOPES, 1999: 20).



Os espaços públicos planejados resultam de normas definidas para a configuração espacial de uma cidade ou de propostas de desenho urbano para uma determinada área, em consequência do arranjo formal entre as habitações, escritórios ou edifícios públicos; podem ser resultado de uma cidade ou unidade de vizinhança que foi concebida ao redor de uma praça, ou de um edifício monumental; ou ainda podem ser consequência de espaços remanescentes, efeito das regras de recuo em uma lei de zoneamento (CARR et al, 1992).

Esses últimos (os espaços remanescentes) são encontrados na maioria das propostas de desenho urbano para conjuntos habitacionais brasileiros, típicos do planejamento urbano modernista, ou ainda em propostas de loteamento onde o que predomina é a ânsia por lucro em detrimento do bem estar da população.

As transformações ocorridas no espaço das cidades brasileiras, nas quatro últimas décadas do século XX e início do século XXI, atingiram diretamente a configuração das suas áreas livres públicas.

Certos princípios modernistas romperam com a maneira tradicional de organizar as áreas livres brasileiras e passaram a estruturar as cidades, de forma a ocasionar a delimitação imprecisa do espaço público por paredes de edifícios (posicionados de forma isolada); a causar a perda do acesso direto aos edifícios, além de serem criadas áreas livres de grandes dimensões e de grandes porções do tecido urbano que se tornaram monofuncionais.

Dessa forma, “de lócus de encontros interpessoais não programados, caracterizando-se pela intensa presença física dos indivíduos e de lugares de fácil identificação devido ao seu forte enraizamento cultural” (KOHLSDORF, 2002, p.4), muitos dos espaços livres brasileiros passaram a se constituir em áreas abandonadas tanto pela população, quanto pelo poder público.

Raquel Tardin (2008) ressalta a necessidade de repensar esses espaços tirando-os da posição de “restos de loteamentos” e colocando-os como espaços estruturadores do crescimento das cidades. A autora coloca que se deve considerar a relação entre os espaços livres como condutores da ocupação urbana.

De acordo com Tardin, acredita-se que os profissionais da arquitetura e urbanismo devam olhar os espaços livres da cidade como um sistema, uma vez que os espaços livres públicos e os espaços livres privados formam juntos uma unidade articulada no



espaço urbano, ou seja, “toda cidade possui um sistema (relações dinâmicas entre os elementos) de espaços livres. “Um sistema que existe, seja conectado fisicamente ou não, seja planejado ou não” (Macedo et all, p.5). É importante inserir essa discussão nos cursos de arquitetura e urbanismo, sendo assim, o presente trabalho é o resultado de um semestre de estudos onde esta premissa foi o foco principal da reflexão.

## **SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES COMO PROTAGONISTA NO PROCESSO DE PROJETO URBANO**

O sistema de espaços livres existentes em uma cidade (sendo eles públicos ou não) tem “potencial para reestruturar o território urbano e ordenar uma possível futura ocupação” (Tardin, 2008, p. 17).

Os espaços livres urbanos constituem um sistema complexo, inter-relacionado com outros sistemas urbanos que podem se justapor ao sistema de espaços livres (sistema de objetos edificados e seu correspondente sistema de ações) ou se sobrepor, total ou parcialmente, enquanto sistemas de ações (Schlee, 2009, 45).

Trata-se de um sistema que assume múltiplos papéis na cidade: desde o ambiental (drenagem, conforto, preservação, conservação) ao funcional (circulação de pedestres e veículos), perspassando pelas funções de lazer, do ócio, do encontro, da festa, do convívio social.

Para tardin, os espaços livres são peças fundamentais na ocupação e estruturação do território e devem ser considerados de forma ativa a partir dos seguintes pontos de vista: do urbano (importante elemento na definição do uso e ocupação do solo, bem como são áreas que possibilitam a criação de articulação espacial entre as partes do território); do sócio-cultural (como áreas que possibilitam o encontro, o lazer, o descanso, espaço de construção da cidadania); do perceptivo (lugar de criação da identidade visual que favorece a apropriação do espaço e transformação do mesmo em lugar); do biofísico (lugar dos fluxos bióticos, dos elementos abióticos e das dinâmicas e processos naturais, fundamentais para a manutenção e o equilíbrio ambiental do território).

Segundo Magnoli (1982), os espaços livres são os não edificados: quintais, jardins, ruas, avenidas, praças, parques, rios, matas, mangues, praias urbanas, ou simples vazios urbanos. Sua localização, acessibilidade e distribuição formam um complexo sistema de conexões com múltiplos papéis urbanos: atividades do ócio, circulação



urbana, conforto, conservação e requalificação ambiental, drenagem urbana, imaginário e memória urbana, lazer e recreação, dentre outros. Podem ser públicos ou privados.

Carneiro e Mesquita (2000, p. 24) afirmam que:

“Definem-se os espaços livres como áreas parcialmente edificadas com nula ou mínima proporção de elementos construídos e/ou vegetação – avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos etc – ou com presença efetiva de vegetação – parques, praças, jardins etc – com funções primordiais de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental”.

As autoras consideram ainda os quintais residenciais e as áreas de condomínio fechado; as matas, manguezais, lagoas, restingas, praias fluviais e marítimas.

Considerou-se nesse trabalho, que o sistema de espaços livres de uma cidade engloba todos os espaços livres de edificação (conjunto de todos os espaços livres urbanos) e são suas relações (formais, funcionais, ambientais e culturais) que o caracterizam como um sistema, que permitem identificar valores e potencialidades.

## **A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANA**

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Foram analisados 96 espaços livres de uma fração da cidade de Natal, abrangendo parte dos bairros de Candelária, Lagoa Nova (Região Administrativa Sul) e Nossa Senhora de Nazaré (Região Administrativa Oeste), figura 01, segundo a metodologia abordada por Raquel Tardin (2008) em seu livro “Espaços livres: sistema e projeto territorial”. A área estudada inclui ainda uma área de grande extensão classificada como espaço âncora (para toda a cidade de Natal), o Parque Municipal Dom Nivaldo Monte, conhecido como Parque da Cidade.



**Figura 01 – Imagem aérea da área de estudo.**

**Fonte: Scribblemap com edição dos autores, 2014.**

Inicialmente foram identificados todos os espaços não edificados visíveis, através da ferramenta Google Earth, que disponibiliza imagens aéreas online. Dentre espaços identificados, foram selecionados 96. Os outros foram desconsiderados por se tratarem de áreas com edificação em andamento ou mais propícias à ocupação.

A verificação das condições e características físicas de cada espaço livre foi obtida com visitas ao local, quando foi feito um levantamento fotográfico dos espaços escolhidos para análise, bem como foram coletadas as informações dos atributos físicos (tipo de vegetação existente, hidrologia, declividade) e perceptivos (características imagéticas da paisagem – elementos e fundos cênicos, áreas de emergência visual e presença de marcos históricos). Além desses fatores foram analisados as condições de acessibilidade e os vínculos de planejamento de todos os espaços estudados.

Os dados levantados deram suporte para classificar as áreas como espaços âncoras, espaços de referência e demais espaços livres. Nessa perspectiva, o presente



trabalho apresenta propostas para os espaços âncora e de referência, pois são mais passíveis de intervenções urbanas para o uso de áreas públicas.

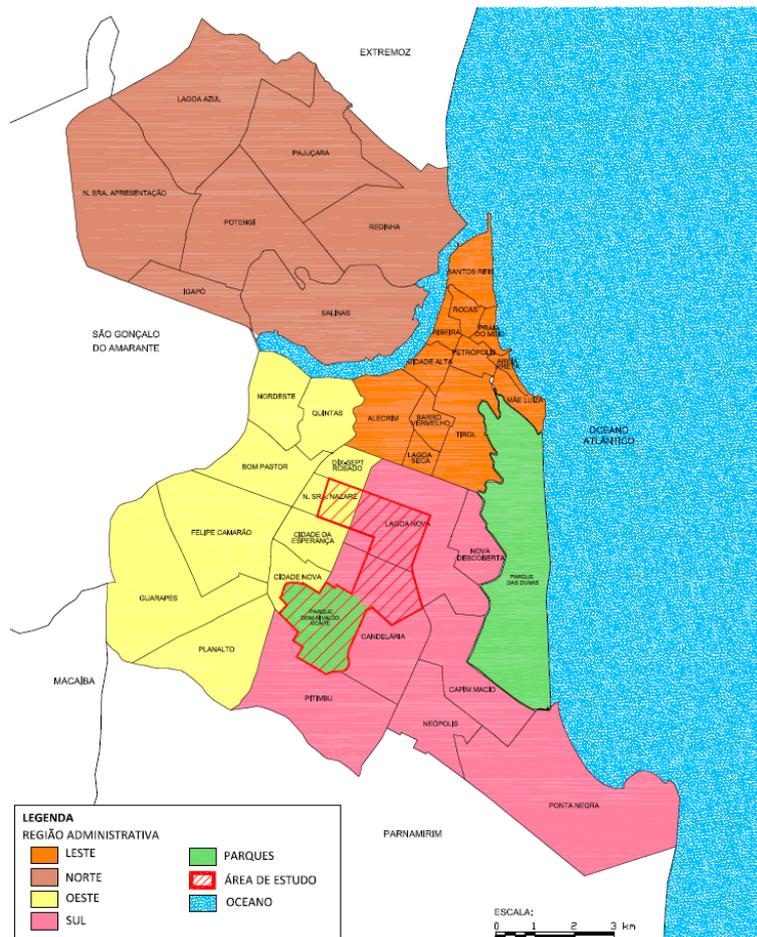
Após a classificação dos espaços priorizou-se a intervenção urbana que permitisse uma conexão maior entre os espaços identificados como âncora e de referência. Para desenvolvimento dessa intervenção foram consultados os seguintes regulamentos vigentes: Código de Obras da cidade de Natal, Plano diretor de Natal e a NBR 9050, além dos princípios do Design Universal, os quais foram ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de uma intervenção passível de execução.

## **DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE ESTUDO**

A área estudada é composta por frações de três bairros da cidade de Natal, localizados nas regiões administrativas oeste e sul (figura 02).

A expansão urbana na cidade manteve a segregação social, desenvolvendo diferentes traçados, produto da delimitação de espaços “nobres” e “periféricos” (PMN, 2013). Atualmente, os bairros de Candelária e Lagoa Nova podem ser considerados áreas nobres da cidade. Com o passar dos anos esses bairros foram crescendo, se tornando importantes e cada vez mais procurados para morar, principalmente por possuir boa infraestrutura urbana e oferecer uma grande opção de comércio/serviço/lazer como: bancos, shoppings, supermercados, escolas, etc. Por isso a especulação imobiliária nesses bairros cresceu muito e hoje são considerados bairros de classe média alta.

Por outro lado, o bairro de Nossa Senhora de Nazaré, se encontra em uma área mais periférica da cidade, é um bairro predominantemente residencial, com edificações de menor padrão construtivo, e se encontra distante dos grandes centros de comércio e serviço. Outro aspecto deste bairro é que ele está inserido numa zona de adensamento básico e 80,31% de suas edificações residenciais são térreas, não sofrendo ainda um processo de verticalização, ao contrário dos bairros de Candelária e Lagoa Nova (PMN, 2013).



**Figura 02 – Mapa de Natal com área de análise destacada.**

**Fonte: SEMURB com edições do autor, 2014.**

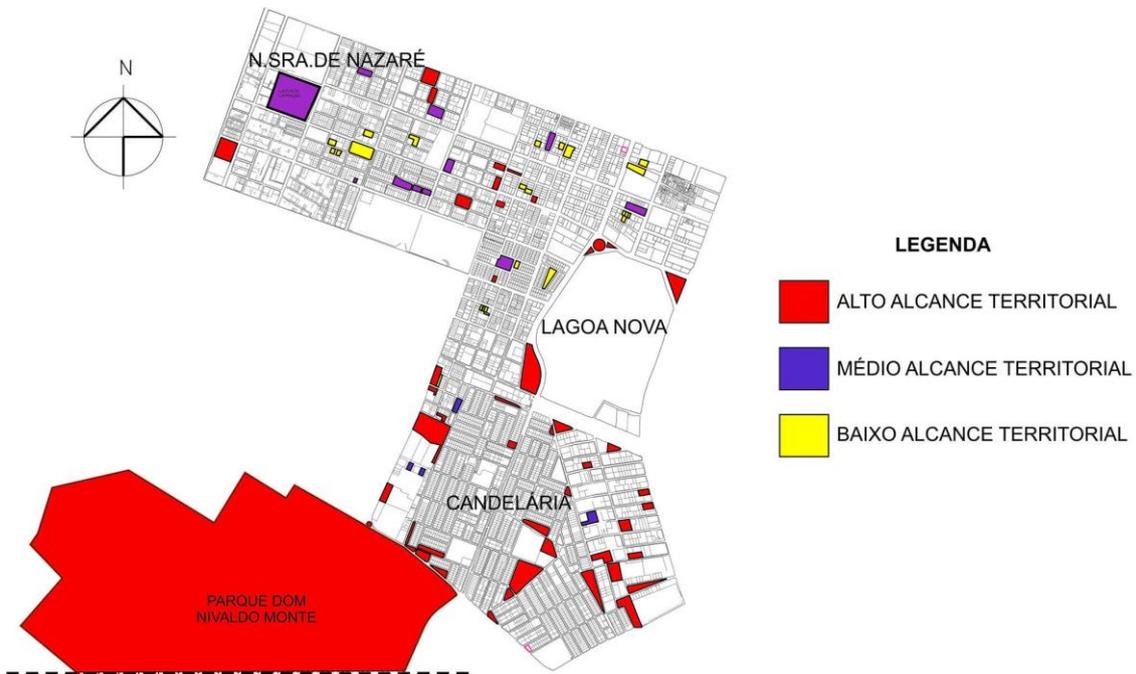
Seguindo a metodologia de Tardin (2008) a área foi analisada quanto ao suporte biofísico, foi verificado o porte da cobertura vegetal existente (figura 03), que se mostra bastante homogênea, de forma que a maioria das áreas livres tem ao menos 2 tipos de cobertura vegetal. Entretanto existem alguns lotes que não apresentam nenhuma cobertura vegetal como pode-se verificar na figura 03.



**Figura 03 – Mapeamento dos atributos físicos da área analisada.**

**Fonte: Acervo pessoal, 2014**

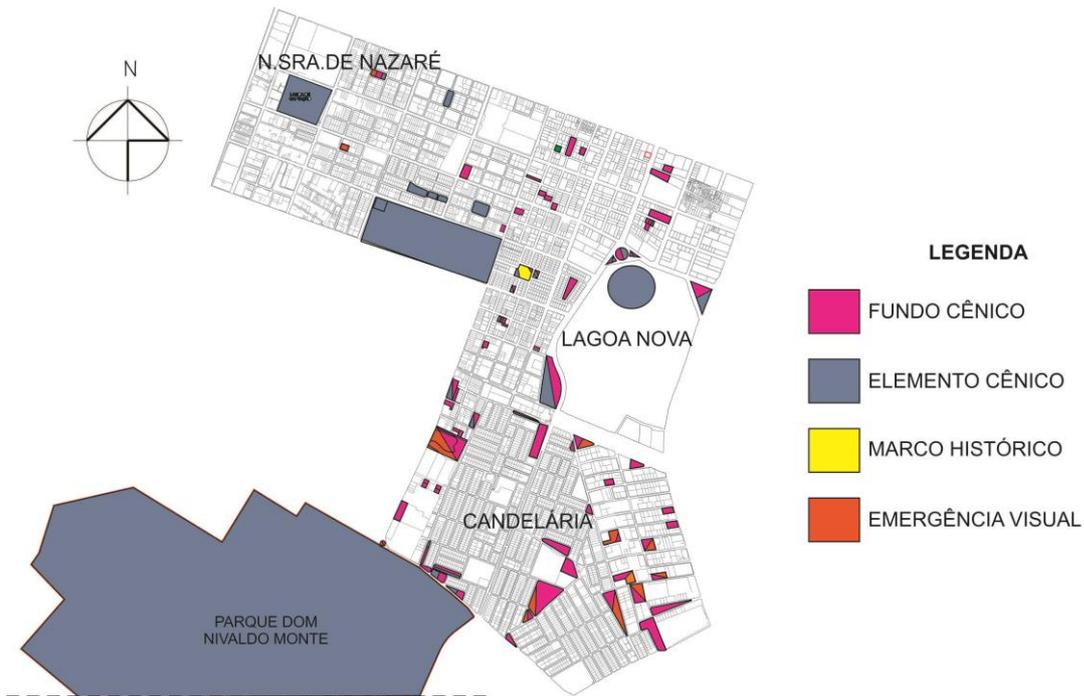
Outro fator levantado foi à acessibilidade das áreas livres, identificou-se o nível de alcance dos principais espaços considerados (figura 04), e foi observado que por ser uma área contornada por vias de grande importância para a cidade (vias estruturais) os espaços livres estudados apresentam, em sua maioria, um alto alcance territorial.



**Figura 04 – Classificação dos espaços quanto ao alcance territorial.**

**Fonte: Acervo pessoal, 2014.**

A identificação de elementos que se destacam na paisagem, bem como de visuais marcantes, também foram analisados para a classificação dos espaços, conforme apresentado na figura 05. As principais visuais observadas, identificadas com valor paisagístico, foram o Parque das Dunas (figura 06), o complexo do Arena das Dunas (figura 07) e a vista do Parque Dom Nivaldo Monte (figura 08).



**Figura 05 – Mapa da classificação dos espaços quanto aos atributos perceptíveis. Fonte: Acervo pessoal**



**Figura 06 – Visual do Parque das Dunas, ao fundo.**

Fonte: acervo pessoal, 2014.



**Figura 07 – Complexo do estádio Arena das Dunas.**

**Fonte: acervo pessoal, 2014.**



**Figura 08 – Vista do Parque Dom Nivaldo Monte a partir da Av. Prudente de Moraes.**

**Fonte: Google Street View, 2014.**



A partir das informações levantadas, foi feita a classificação dos espaços de acordo com seu potencial de uso como áreas livres, assim foram identificados espaços âncora, de referência e demais espaços livres (aqueles que tem uma tendência de serem ocupados por edificações), conforme figura 06. Após a análise, pôde-se inferir que há uma grande variedade de espaços livres de referência que juntamente com os espaços âncoras foram objeto da proposta de intervenção apresentada a seguir, que tem como intuito transformá-los em espaços livres de uso coletivo.



Figura 09 – Mapa de classificação dos espaços. Fonte: Acervo pessoal

Através do diagnóstico da área de estudo foram identificados alguns problemas que comprometem o contexto urbano geral e influenciam a segregação dos espaços livres. Muitos deles são comuns em grande parte da cidade, porém pode-se destacar a falta de acessibilidade na via pública, carência de mobiliário urbano adequado, falta de arborização que compromete a composição de um microclima mais agradável, a degradação dos espaços públicos existentes e abandono por parte do poder público. Além disso, é evidente a deficiência de sinalização urbana, irregularidade no sistema de coleta de lixo, carência na infraestrutura do transporte urbano que atende à região e a deterioração da pavimentação das vias.



Simultaneamente aos problemas identificados, foram constatadas potencialidades locais, como: a localização centralizada em relação à cidade, proximidade com o Estádio Multiuso Arena das Dunas, variedade de serviços, infraestrutura de saneamento básico, iluminação pública e pavimentação das vias, além de dispor de uma variedade de áreas livres que possibilitam o desenvolvimento de uma intervenção urbana significativa, sem que haja necessidade de desapropriação.

## **A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANA**

Partiu-se do seguinte conceito como elemento indutor do processo de projeto: a metamorfose, vista aqui com o significado de mudança. Segundo o dicionário Aurélio é a transformação de um ser em outro. De uma forma em outra.

O conceito funciona como uma analogia, uma metáfora que, serviu como ponto de partida e buscou articular todos os condicionantes projetuais em uma forma significativa.

Sendo assim, a proposta tem como foco principal promover uma mudança significativa na estrutura física existente fazendo alusão ao fenômeno natural da metamorfose, por isso, o uso da imagem da borboleta como ícone de identidade da proposta.

A metamorfose representa na proposta os ideais de transformação, legibilidade, diversidade, uso de cores, sensibilidade, identidade e robustez que os novos espaços propostos poderiam proporcionar para os seus usuários.

Dessa forma, a proposta aqui apresentada (ver figura 7) tem como objetivo principal requalificar os espaços livres selecionados, tornando-os ambientes convidativos aos usuários e possibilitando maior urbanidade. Para tanto foram delineados os seguintes objetivos específicos: reestruturar e diversificar funcionalmente os espaços livres existentes; criar conexões entre esses espaços e preservar a identidade local.

A partir da análise dos problemas e potencialidade foram desenvolvidas diretrizes que serviram de guia para o desenvolvimento da proposta: 1. Valorização ambiental; 2. Promoção da mobilidade urbana; 3. Preocupação com a acessibilidade através do conceito de design universal, e 4. Implantação de equipamentos de serviços e informações urbanas.

Em seguida, foram elaboradas as seguintes ações projetuais com o intuito de responder as necessidades da população atingida e levando em consideração as diretrizes traçadas.

Tendo como guia a valorização ambiental foram propostas a revitalização do Parque da Cidade com inserção de um monotrilho suspenso, ligando os extremos do mesmo;



foi também proposta a criação de trilhas ecológicas dentro do parque e uma maior arborização dos espaços destinados a convívio, lazer e passeios. Foram sugeridas a criação de alamedas arborizadas em vias como a Avenida Prudente de Moraes e a implantação de tótems nas praças temáticas com informações gerais a respeito da espécie de borboleta que as nomeiam. Foi proposta também a criação de um borboletário na Praça Almirante Vermelho. Por fim foi sugerida a construção de um mirante, na Av. do Sol e rua Eleusis M. L. Cardoso, valorizando a visual da área de dunas do Parque da Cidade, além da revitalização das praças abandonadas.

Dentro da proposta de melhorar a mobilidade urbana, propõe-se o desenvolvimento de uma rota com transporte intermodal que liga o Parque da Cidade ao Parque das Dunas (dois maiores parques da cidade de Natal). A proposta inclui também a criação de um sistema de ciclovias/ciclofaixas que atenda aos diversos bairros da cidade, servindo como eixo estruturador da circulação dentro da cidade; a inserção de faixas de pedestres ao longo do prolongamento da Av. Prudente Moraes e das demais ruas; criação de duas rotas de transporte público gratuito, uma denominada “Rota Turística” e a outra “Rota entre Parques”; além da implantação de áreas de estacionamento e inclusão de estações de aluguel de bicicletas ao longo das principais vias da cidade.

A melhoria da acessibilidade através do conceito de design universal será promovida através da pavimentação diferenciada; identificação das ciclovias/ciclofaixas; padronização das calçadas segundo a NBR 9050 e de mobiliário de múltiplos usos que possam ser utilizados por qualquer usuário.

Dentro da implantação de equipamentos/mobiliários de serviços e informações urbanas são incluídas iluminação pública diferenciada; sinalização horizontal e vertical, uma vez que serão utilizados tótems em locais estratégicos com mapa da área e indicações de acesso e rotas de ônibus; criação de mobiliário temático caracterizado pela cor da borboleta que dá nome a praça (lixeiras, bancos, telefones públicos e quiosques); implantação de postos de segurança e criação de espaço comercial que atenda a demanda da população local e seja um atrativo para visitantes.

## PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



Figura 10 – Mapa Geral das ações propostas para intervenção da área abordada. Fonte: Acervo pessoal

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação e transformação dos espaços livres públicos deve ser vista como elemento capaz de condicionar, articular e induzir melhorias a urbanidade de qualquer cidade, visto que, a existência desses espaços proporciona um convívio saudável entre os cidadãos que podem usufruir dos mesmos de várias formas quer seja de lazer, contemplação, ou até mesmo de circulação com conforto e eficiência. Andar a



pé proporciona o conhecer a cidade e a comunidade da qual fazemos parte. Ao pensarmos em espaços que proporcionem o caminhar, possibilitamos vários benefícios a população cidadina. Além disso, a criação de ciclovias e ciclofaixas trás benefícios tanto a saúde como proporciona alternativas de transportes menos poluidoras.

Ressalta-se aqui a importância, da diversidade modos de transportes e deslocamento (a pé, de bicicleta, de ônibus, etc) visto que, nos dias atuais aumenta cada vez mais o tempo perdido em deslocamentos e o stress em um trânsito caótico nas cidades médias e grandes do Brasil.

Trazer a população para a rua e para os espaços livres públicos também possibilita um aumento da sensação de segurança, ruas movimentadas com intenso fluxo de pessoas são ruas mais seguras, já dizia Jane Jacobs desde a década de 1960.

Vê-se então, a necessidade de valorizar o olhar do arquiteto urbanista para esses espaços tão prenhe de possibilidades. Ou seja, os espaços livres ainda existentes nas nossas cidades são “a galinha dos ovos de ouro”, cabe aos profissionais que pensam as formas de ocupação das urbes dar o devido valor aos mesmos. Estreitando a relação entre esses espaços e a ocupação urbana, vendo essa simbiose como o ponto de partida para a criação de novas oportunidades de intervenção, com o objetivo de desenvolver, manter e gerir o território de modo sustentável, através de indicações para a sua ordenação e formalização.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Linguagem e arquitetura: o problema do conceito. Revista de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. vol.1, n.1, novembro de 2000. Belo Horizonte: Grupo de Pesquisa "Hermenêutica e Arquitetura" da Escola de Arquitetura da UFMG. Disponível: <<http://www.arg.ufmg.br/ia>>. Acesso em 25 jun. 2014.

CARNEIRO, Ana Rita S. e MESQUITA, Liana de Barros. Espaços Livres do Recife. Recife: Prefeitura do Recife, UFPE, 2000.

CARR, Stephen et al. Public Space. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

FERREIRA, A. B. H. Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Interação social, identidade cultural e espaço urbano no Brasil: as metamorfoses do século XX. (Tradução de palestra apresentada no Colóquio Internacional sobre Perspectivas do Espaço Urbano, Universität Stuttgart, Stuttgart, Alemanha, 2002.



Disponível em: <[www.unb.br/fau/cidade\\_arquitetura/espacourbano.pdf](http://www.unb.br/fau/cidade_arquitetura/espacourbano.pdf)>. Acesso em 10 jan. 2014.

LOPES, Antônio Mendes. Os Espaços Públicos (de Lazer) na Cidade: Emergência de Novas Práticas e Vocações Territoriais. Jornal "A página", n° 83, Ano 8, setembro de 1999. Disponível em: [www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=789](http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=789). Acesso em: 20 de jun. 2014.

MACEDO, Silvio S. et all. Os sistemas de espaços livres da cidade contemporânea brasileira e a esfera de vida pública – Considerações preliminares. In: [observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/.../52.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/.../52.pdf). Acessado em: 26 de abril de 2011.

MAGNOLI, Miranda. Espaços livres e urbanização. Tese (Livre-docência) – FAUUSP, São Paulo, 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. Anuário Natal 2013 / Organizado por: Carlos Eduardo Pereira da Hora, Fernando Antonio Carneiro de Medeiros, Luciano Fábio Dantas Capistrano. – Natal: SEMURB, 2013.

SCHLEE, Mônica Bahia (Org.). Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

TARDIN, Raquel. Espaços livres: sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público. As Tirantias da Intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.